

A FORMULAÇÃO DA PROPOSTA DE REDAÇÃO DO ENEM: A FORMA-SUJEITO E O EFEITO LEITOR-IDEAL

Amilton Flávio Coleta Leal*

Ana Luiza Artiaga R. da Motta**

Resumo:

Esta pesquisa filia-se à teoria da Análise de Discurso de Michel Pêcheux, na França, e Eni Orlandi, no Brasil, em que tomamos como objeto de estudo a formulação da proposta de redação do Exame Nacional/ENEM 2013. Entendemos que o sistema proposto pelo Estado se circunscreve numa política de avaliação em larga escala que vai além da certificação do Ensino Médio e possibilidade de acesso ao Ensino Superior. Propomos, assim, discutir o conceito de língua a partir das políticas do Exame Nacional e refletir sobre os direcionamentos das políticas de Estado em relação ao cenário escolar.

Palavras-chave: Enem; análise de discurso; política de avaliação.

Abstract:

This research is affiliated to theory of discourse analysis of Michel Pêcheux, in France, and Eni Orlandi, in Brazil, in which we take as the object of study the wording of the proposed formulation of National Examination/ ENEM 2013. We understand that the system proposed by state is confined in a large-scale assessment policy that goes beyond the certification of high school and the possibility of access to higher education. I therefore propose to discuss the concept of language from the National Examination policies and reflect on the directions of the state policy in relation to school scenery.

Keywords: Enem; discourse analysis; assessment policy.

* Mestre em Linguística pela Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. Professor da rede Estadual e Municipal de ensino da Educação Básica. Contato: amiltonflavio@hotmail.com.

** Doutora em Linguística pela Universidade de Campinas – UNICAMP. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UNEMAT. Contato: analuzart@unemat.br.

Introdução

O Exame Nacional do Ensino Médio, a cada edição, vem conquistando maior espaço nas políticas de avaliação do país. A repercussão e legitimidade da prova ocorreram, portanto, ao longo das sucessivas edições e, atualmente, ocupa a centralidade das discussões no cenário educacional, seja do ensino médio e/ou da educação superior. A escolha do estudo sobre o discurso das políticas de língua, a partir do ENEM, se deve a um conjunto de fatores, dentre estes, o de perceber os efeitos de sentido produzidos por um “ideal de escrita”, paralelamente, ao imaginário de “aluno-ideal” no processo avaliativo. Dessa forma, dada a importância desse Programa para a nação, propomos pelas análises, refletir sobre a política nacional de língua escrita posta nas proposições do Exame Nacional, que abre espaço para pensarmos a constitutividade do sujeito institucionalizado pelas normas de escrita do Estado, o que possibilita a abertura de questões sobre o perfil de aluno “ideal” e/ou a projeção imaginária da forma-sujeito para a escrita da redação na prova do ENEM.

Ao tomarmos o ENEM como objeto de pesquisa, nos comprometemos com um fato de linguagem que nos dá pistas da “severa” disputa por acesso ao Ensino Superior, pois o processo avaliativo do ENEM provoca efeitos de sentido nas discussões sobre a qualidade do ensino no país, sobretudo no que diz respeito à forma como são selecionados os candidatos para o Ensino Superior, o que produz gestos de interpretação que repercutem na maneira como está “posto” a distribuição de vagas nas universidades públicas e/ou privadas. Dessa forma, ao considerarmos o ENEM como uma avaliação em larga escala, há que se pensar que os sujeitos-participantes estão inscritos nas mais diversas condições de produção, o que produz como efeito da avaliação a aprovação de uns e a exclusão de muitos.

1. Breve histórico do ENEM

Em 1998, o ENEM, em sua primeira edição, contou com um número de 157,2 mil inscritos e, após três anos, em sua 4^a edição, alcançou um número expressivo de 1,6 milhão de inscritos. Em 2005, obteve a marca histórica de 3 milhões de inscritos e em 2006 estabeleceu novo recorde com 3,7 milhões de participantes. Nas últimas edições (2012-2013) o Exame ultrapassou a marca expressiva de inscritos desde a primeira edição, em 1998. Em 2012, contabilizou-se mais de 7 milhões de inscritos e

em sua 16^a edição (2013), contabilizou-se um número recorde de 9,5 milhões de inscritos.

A nosso ver, os registros numéricos dão visibilidade à maneira como se deu a mobilização, crescimento e repercussão do Exame, bem como a aceitação do Exame, por Universidades do país, como forma de seleção de candidatos ao ensino superior. Desse modo, entendemos que a possibilidade do candidato ingressar no ensino superior significa a legitimação do incentivo aos candidatos para inscreverem-se para a prova.

Como se sabe, o ENEM é um processo de seleção, que funciona como uma maneira que institui o acesso à Universidade. O Exame deixou de ser conhecido pelo caráter, eminentemente avaliativo do ensino médio, e passou a funcionar como referência de processo seletivo para ingresso no ensino superior, garantindo a ele o estatuto de modelo avaliativo. Nessa linhagem, observa-se que o acesso ao ensino superior, via ENEM, depende da base constitutiva do ensino médio.

2. A formulação da proposta de redação do ENEM

A Redação no ENEM é uma avaliação de competências e tem por finalidade avaliar o desempenho do participante como produtor de um texto. Avalia-se até que ponto o sujeito-aluno-participante demonstra capacidade de fazer leituras críticas da realidade e em que medida consegue propor intervenções na realidade social. Considerando as relações de sentido que permeiam o discurso, apresentamos a formulação da proposta de redação, descrita na primeira página da prova do ENEM (2013), que diz:

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa [...], apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista (Proposta de Redação/Caderno Cinza, 2^o dia de prova, p. 01).

A partir do que é formulado no comando da proposta de redação, observa-se uma relação com a exterioridade, assim como as condições de produção que perpassam o discurso do MEC. Nota-se que a formulação da proposta de redação aponta para o ensino de Língua Portuguesa no contexto da sala de aula, uma vez que

corroborar para detectar em que nível está o egresso do ensino médio em termos de produção textual e conhecimento de língua.

Orlandi (2012) diz que o simbólico, a história e a ideologia é que tornam possível a interpelação do indivíduo em sujeito. Dessa maneira, não se pode pensar o sentido e o sujeito sem pensar a ideologia, da mesma forma que não é possível pensar a ideologia, em termos discursivos, sem pensar a linguagem. Para a autora, a forma-sujeito é resultado da interpelação pela ideologia. É uma forma-sujeito histórica com sua materialidade. A partir do que afirma Orlandi (*op.cit*) compreendemos que a ideologia é constitutiva do discurso e todo discurso é atravessado ideologicamente; e isso nos faz entender que o discurso do ENEM é, portanto, um discurso ideológico, em que o Estado faz atravessar uma posição de regulador político.

Como se sabe, a ideologia produz o efeito de evidência na língua. Dessa forma, considerando a relação língua-discurso-ideologia (ORLANDI, 2012), pensamos na posição sujeito-aluno diante dos sentidos inscritos no enunciado da proposta de redação, sobretudo, na maneira que o sujeito-aluno interpreta a proposição do MEC (Estado), no que diz respeito à política de escrita que perpassa a política avaliativa do ENEM.

Na proposta de redação está imerso a formação imaginária de um sujeito-aluno projetado imaginariamente como “ideal”, que saiba trabalhar com a língua e saiba, sobretudo, elaborar/redigir um texto na modalidade dissertativo-argumentativo. Dessa forma, observa-se que as políticas de língua são o lugar da regularidade, e o ENEM, nesse contexto, funciona como um mecanismo que enquadra a posição-sujeito-aluno em tal regularidade da língua. Isso nos permite, ainda, observar que há um enfrentamento entre a Lei e a realidade, o que nos dá pistas de que trabalhar com a proposição de escrita para a redação, pode-se notar um mecanismo que faz funcionar a regularidade, isto é, o enquadramento do participante do ENEM em uma formação imaginária de sujeito-aluno, que faz circular o discurso do Estado “engessado” na literalidade de sentido.

Compreendemos que a proposta de redação orienta os candidatos a redigirem um texto dissertativo-argumentativo com base na leitura dos textos motivadores e nos conhecimentos adquiridos ao longo da formação escolar, “selecionando, organizando, e relacionando, coerentemente, argumentos e fatos para a defesa de seu ponto de vista”. Percebe-se que o texto está sendo tomado não como produto do conhecimento do sujeito-aluno, mas como resultado de uma prática letrada que considera a atividade escrita como uma interlocução. Isso nos faz refletir sobre a

concepção de língua (escrita) praticada na sala de aula, sobretudo no papel dos professores enquanto mediadores de tal processo.

Nesse sentido, tendo em vista o que é solicitado na proposta de redação, entende-se que para escrever precisa-se, sempre, de outros textos (motivadores/suportes), que serão tomados pelo sujeito-escritor para reforçar seu ponto de vista, para rebater o que fora dito ou até mesmo para propor algo novo em relação ao tema/assunto abordado na proposta de redação. Tudo isso nos permite refletir sobre a intertextualidade, uma relação necessária e pertinente no ambiente de sala de aula. Dessa forma, compreendemos a prática de produção textual nos conduz a pensar que não há textos puros e/ou originais, uma vez que estes são sempre permeados por outros dizeres, por outros textos, ou seja, os efeitos de sentido e as relações com a exterioridade fazem-se presentes no funcionamento e na prática da escrita.

Na perspectiva da Análise de Discurso, pensar a escrita significa pensar nos dizeres que a constituem e que aparecem carregados de uma historicidade constitutiva, na qual, o sujeito, capturado, ideologicamente, apropria-se da língua para significar. O sujeito, em situação de avaliação, precisa estabelecer redes de sentidos para historicizar sua escrita, isto é, produzir sentidos. Em contrapartida, no discurso, há o atravessamento ideológico do Estado, que diz de uma forma e não de outra. Dessa maneira, pelo comando da proposta de redação, que diz para “redigir um texto do tipo dissertativo-argumentativo, na norma culta da Língua Portuguesa”, nota-se que há uma injunção a obedecer prontamente às ordens do porta-voz (Estado) para proceder à escrita do texto, que não dá lugar para o sujeito-aluno historicizar sua prática de escrita. Isso nos permite dizer que o enunciado/comando da proposta de redação está inscrito num discurso pedagógico, que diz sobre o como proceder à escrita da redação, e inscrito numa posição idealista, projetando, assim, uma posição-sujeito-aluno para a prova.

Como se sabe, a escrita demanda leitura e a leitura, por sua vez, implica a interpretação. A interpretação é uma injunção e, face a qualquer objeto simbólico o sujeito se encontra na necessidade de “dar/atribuir” sentidos. No entanto, as práticas de leitura na sociedade sofrem coerções, a destacar a instituição Escola, principal reguladora das ordens ditas pelo Estado. Orlandi (2012, p. 58) dirá que “as condições de interpretação não são iguais para todos, pois o conhecimento é distribuído de forma desigual”. De acordo com o que afirma a autora, entendemos que há mecanismos de regulação, pelo Estado, na prova do ENEM, que regula e/ou direciona

a posição sujeito-aluno na escrita do texto que, para constituir-se como autor, inscreve-se na ordem do já-dito, do já-estabelecido.

No discurso da proposta de redação observa-se que o sujeito-aluno está inscrito numa formação discursiva imaginária, que permeia a política escrita da prova. Na perspectiva da Análise de Discurso, a formação discursiva é o lugar de articulação entre língua e discurso, que regula o que pode e deve ser dito. Courtine (1984) afirma que os sentidos são regulados de acordo com determinada formação discursiva. Nesse sentido, compreendemos que a formação discursiva que sustenta a política avaliativa do ENEM diz respeito às competências e habilidades do sujeito-aluno; produto de um saber autorizado, transmitido na/pela escola que, ao escrever a redação, inscreve-se numa formação ideológica do Estado, isto é daquilo que serve de base em seu processo formativo.

A formação imaginária que permeia o sujeito-aluno, no ENEM, se dá pela posição-sujeito no discurso. Há um imaginário de sujeito para a escrita da redação; projetado, imaginariamente, como ideal na política de língua do Exame. Pêcheux (1995), pensando a relação das formações discursivas com as ideologias, propõe o conceito de formação imaginária. O autor a define como mecanismo de funcionamento discursivo, que diz respeito às imagens resultantes das projeções dos sujeitos. Nessa linhagem, a formação discursiva no Exame Nacional enquadra o sujeito-aluno às relações institucionais do Estado. Um dizer limitado, que regula o sujeito a posicionar-se conforme o que lhe é autorizado, via formulação da proposta de redação.

O sujeito se significa pela escrita e por ela se constitui na relação com o social. Parafraseando Orlandi (2001), dizemos que o sujeito não se apropria da linguagem num movimento individual, mas na relação com o social, com o simbólico. Desse modo, na perspectiva discursiva, o sentido de uma palavra e/ou expressão não está nele mesmo, mas é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico, dada as condições de produção dos sujeitos que as empregam.

Nunes (1994), ao discorrer sobre a leitura numa perspectiva discursiva, afirma que sua prática envolve tanto o sujeito da leitura como as condições sócio-históricas em que ele se inscreve. Compreendemos, assim como Nunes (*op.cit*), que a leitura é uma prática ao mesmo tempo individual e social. É individual, porque nela se manifestam particularidades do leitor; características intelectuais, memória e história. É social porque está sujeita a convenções linguísticas, ao contexto social, à

exterioridade, à política. Portanto, é a partir dessas relações que a posição-sujeito (aluno) se significa e se marca no processo da escrita da redação no ENEM.

Discursivamente, sabe-se que a prática de leitura, assim como a de escrita, implica a interpretação. No entanto, tais práticas sofrem coerções e são reguladas por mecanismos do Estado. Em um contexto amplo isso nos faz pensar nas bases da educação no país, em que a Escola é o espaço legítimo e autorizado na/para a produção do conhecimento. No entanto, a desigualdade na distribuição desse conhecimento, em um contexto imediato, remete-nos aos mecanismos de regulação na prova do ENEM, que direcionam a posição sujeito-aluno a pensar politicamente, como o Estado, e isso restringe a possibilidade de argumentação do sujeito-aluno em sua produção textual. Assim, o Estado, ao controlar a prática de escrita no Exame Nacional, administra os saberes sobre o sujeito-aluno, de modo a projetar-lhe um perfil ‘ideal’, condicionando-o a ser “passivo” politicamente.

Desse modo, a projeção imaginária do “sujeito ideal”, no discurso do ENEM, legitima uma linearidade na produção da escrita (redação). Contudo, Orlandi (1988, p. 113) diz que “a unidade do texto não é plana, nem simétrica, mas fuga”. A partir da afirmação da referida autora compreendemos que um dos aspectos importantes na produção da escrita é a noção de incompletude, entendida como constitutiva na produção de sentidos. Ou seja, um texto nunca estará “fechado”, uma vez que a ele pode ser acrescido diferentes pontos de vista, assim como a multiplicidade dos efeitos de sentido.

Posto isso, o comando da proposta de redação, a nosso ver, ritualiza sobre a maneira como o sujeito-aluno procederá à escrita do texto. Esse direcionamento é, para nós, efeito de um processo ideológico, na qual o Estado posiciona como mantenedor de uma prática reguladora. Para tanto, consideramos, na perspectiva da Análise de Discurso, que a escrita é um trabalho discursivo, na qual o sujeito inscreve-se na língua para produzir sentidos.

3. Considerações Finais

O que chamaremos aqui de considerações finais será apenas uma provocação que suscitará reflexões e problematizações outras acerca da proposição desta escrita. Pôr um fim à problemática sugerida inicialmente é o mesmo que desconsiderar o princípio da escrita para a teoria da Análise de Discurso, com sua múltipla possibilidade de sentidos, sujeita a outros dizeres e interpretações. No entanto, diante

do exposto é possível afirmar que a educação no Brasil, bem como o ensino da língua escrita não pode ser pensada separadamente das políticas que regem o currículo do ensino médio e as políticas que permeiam o Exame Nacional. Pensar em escrita é ao mesmo tempo considerar o contexto, o sujeito e a situação.

Nosso objetivo ao fazer esse estudo, foi o de compreender a posição sujeito-aluno no enfrentamento da formulação da proposta de redação do Exame Nacional. Refletir sobre essa questão nos levou a pensar sobre as condições de produção do sujeito inscrito na prova. Foi possível compreendermos que a formulação da proposta de redação e os critérios de avaliação para a escrita constituem um fato discursivo que produz efeitos de sentidos, ou seja, produz-se certo modo de compreender a relação com a língua escrita e a projeção imaginária de um sujeito do saber ‘sobre’ a língua que o constitui.

Dessa forma, a formulação da proposta de redação nos fez olhar para o sujeito participante do ENEM, inscrito num lugar da “objetividade da língua”, que para Aurox (1992) é a condição de possibilidade de saber linguístico, um processo de objetivação da linguagem. O autor (*op.cit*) afirma que o domínio da escrita dá lugar à constituição de técnicas que permitem obter um resultado desejado, dando lugar à formação de competências específicas. Assim, no discurso da proposição da redação observamos os efeitos de sentidos do imaginário de escrita, paralelamente, relacionado à projeção imaginária de um sujeito-aluno ideal. Percebemos que há um embate entre o imaginário de real *versus* ideal, que nos fez olhar para a relação da língua com o imaginário de sujeito inscrita na unidade de um “ideal” de aluno ao final de um ciclo. Assim, o participante do ENEM, em sua posição sujeito-escritor, circula por um imaginário de escrita legitimado pelo Estado e solicitado na proposta de redação, conforme analisamos acima.

Pode-se dizer, ao final deste trabalho, que entendemos o discurso caracterizado pela incompletude e pelo movimento dos sentidos e dos sujeitos. Dessa forma, toda língua é afetada por uma divisão, inscrita na própria ordem da língua (ORLANDI). Dessa forma, o modo heterogêneo de constituição da escrita pela via da relação sujeito/linguagem, permite-nos dizer, do ponto de vista discursivo, que não podemos considerar a homogeneidade de um texto escrito, dada as condições de produção das posições-sujeito, assim como os efeitos de sentido que circulam em seu funcionamento.

Referências

AUROUX, S. **A Revolução Tecnológica da Gramatização**. Trad. de Eni Orlandi. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992.

ORLANDI, E. P. **Interpretação**: Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 6ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

_____. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 7ª ed., Campinas, SP: Pontes, 2007.

_____. **Discurso e leitura**. Campinas, SP. Editora Cortez, 1998.

PÊCHEUX, M. Delimitações, Inversões, Deslocamentos. Trad. José Horta Nunes. In: **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas (19): 7-24, julho de 1990.